

Cadernos Teologia Pública



Comportamentos normatizados e a noção de profanação na obra de Giorgio Agamben

Claudio de Oliveira Ribeiro

ISSN 1807-0590 (impresso) • ISSN 2446-7650 (Online)
ano XIV • número 125 • volume 14 • 2017

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS 

 UNISINOS

Comportamentos normatizados e a noção de profanação na obra de Giorgio Agamben

Regulated behavior and the notion of profanation in the work of Giorgio Agamben

Resumo

A pesquisa realça, entre a diversidade de aspectos que merecem a atenção no pensamento de Giorgio Agamben, duas ênfases. A primeira é a de que o Estado Moderno foi forjado na violência e por isso se constitui um estado de exceção permanente. A economia política moderna se apropriou da noção tradicional de providência divina e a transformou em técnicas coercitivas de governo a fim de harmonizar desejos humanos com as políticas voltadas com o controle de condutas. Nesse contexto, estão as formas utilitárias e artificiais de produção de desejos, com as correspondentes normatizações, padronizações e normalização de comportamentos. A segunda é a de que, diante das formas de 'vida nua' que se estabeleceram no contexto da sociedade moderna devido ao domínio da biopolítica que, com seus aspectos coercitivos e seus dispositivos de controle, retiraram do uso comum todas as dimensões da vida e da liberdade humana, a tarefa política e existencial que se coloca é a de profanar as estruturas políticas e jurídicas.

Palavras-chave: Estado de Exceção; Profanação; Dispositivos de Controle; Normatização; Giorgio Agamben

Abstract

Among the interesting diversity of aspects in Giorgio Agamben's thought, this research emphasizes two of them. First, Modern State has been forged in violence and therefore it constitutes a permanent state of exception. Modern political economy has appropriated the traditional notion of divine providence and transformed it into coercive government techniques in order to harmonize human desires with policies aimed at controlling behavior. In this context, there are utilitarian and artificial forms of desire production, with its corresponding norms, standardizations and normalization of behaviors. Second, in the face of the forms of 'bare life' that have settled down in the context of modern society due to the domination of biopolitics which, with their coercive aspects and their control devices, have removed from common use all the dimensions of life and human freedom, the political and existential task is to desecrate political and legal structures.

Keywords: State of Exception; Profanation; Control Devices; Normalization; Giorgio Agamben

Comportamentos normatizados e a noção de profanação na obra de Giorgio Agamben

Claudio de Oliveira Ribeiro
Universidade Metodista de São Paulo – UMESP

Cadernos Teologia Pública é uma publicação impressa e digital quinzenal do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, que busca ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A teologia pública pretende articular a reflexão teológica e a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade nas ciências, culturas e religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade, hoje, constituem o horizonte da teologia pública.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: *Marcelo Fernandes de Aquino, SJ*

Vice-reitor: *José Ivo Follmann, SJ*

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: *Inácio Neutzling, SJ*

Gerente administrativo: *Jacinto Schneider*

www.ihu.unisinos.br

Cadernos Teologia Pública

Ano XIV – Vol. 14 – Nº 125 – 2017

ISSN 1807-0590 (impresso)

ISSN 2446-7650 (Online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling

Conselho editorial: MS Ana Maria Casarotti; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; MS Jeferson Ferreira Rodrigues; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Profa. Dra. Ana Maria Formoso, Unilasalle, doutora em Educação; Prof. Dr. Christoph Theobald, Faculdade Jesuíta de Paris-Centre Sèvres, doutor em Teologia; Prof. Dr. Faustino Teixeira, UFJF-MG, doutor em Teologia; Prof. Dr. Felix Wilfred, Universidade de Madras, Índia, doutor em Teologia; Prof. Dr. Jose Maria Vigil, Associação Eumênica de Teólogos do Terceiro Mundo, Panamá, doutor em Educação; Prof. Dr. José Roque Junges, SJ, Unisinos, doutor em Teologia; Prof. Dr. Luiz Carlos Susin, PUCRS, doutor em Teologia; Profa. Dra. Maria Inês de Castro Millen, CES/ITASA-MG, doutora em Teologia; Prof. Dr. Peter Phan, Universidade Georgetown, Estados Unidos da América, doutor em Teologia; Prof. Dr. Rudolf Eduard von Sinner, EST-RS, doutor em Teologia.

Responsáveis técnicos: Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; MS Jeferson Ferreira Rodrigues.

Revisão: Carla Bigliardi

Imagem da capa: Patrícia Kunrath Silva

Editoração: Gustavo Guedes Weber

Impressão: Impressos Portão

Cadernos teologia pública / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2004) - . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004- . v.

Irregular, 2004-2013; Quinzenal (durante o ano letivo), 2014.

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-teologia>>.

Descrição baseada em: Ano 11, n. 84 (2014); última edição consultada: Ano 11, n. 83 (2014). ISSN 1807-0590

1. Teologia 2. Religião. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 2

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos Teologia Pública: Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

Comportamentos normatizados e a noção de profanação na obra de Giorgio Agamben

Claudio de Oliveira Ribeiro
Universidade Metodista de São Paulo – UMESP

Introdução

Referir-se a Giorgio Agamben nem sempre é uma tarefa fácil, uma vez que se trata de um pensador complexo e dotado de extraordinária erudição. O ecletismo fortemente presente em seu pensamento impõe grandes desafios a qualquer pessoa que se aventure em estudá-lo. A sua vasta produção acadêmica marcada por profundos diálogos com os fundamentos do judaísmo e do cristianismo, bem como do direito romano, associados de maneira não muito convencional às tradições ilumi-

nistas, marxistas e existencialistas, apresentam sua proposta como aquilo que é ao mesmo tempo instigante e trabalhoso (BARSALINI, 2012). Isto é, um verdadeiro desafio para as pessoas que buscam uma compreensão rigorosa da amplitude de seu pensamento. Leandro Konder, ao resenhar um dos livros do autor, resumiu o caráter fronteiro do pensamento de Agamben:

Creio que não se pode considerar o ensaísta italiano rigorosamente marxista. Em alguns momentos das suas profanações, a gente percebe as divergências em relação a Marx. Há toda uma postura ousada de abertura para o reconhecimento da riqueza da experiência hu-

mana que aparece na magia, por exemplo. Marx, com certeza, não concordaria. Mas Walter Benjamin bateria palmas. Giorgio Agamben é claramente um homem de esquerda, como eram os seus amigos Pasolini e Foucault. É interessante vê-lo esquivar-se ao marxismo, porém disposto a não renunciar a Marx (KONDER, 2007).

O método genealógico adotado pelo autor não discute e nem deseja provar a veracidade de narrativas teológicas, mas sim quais são os efeitos delas nas instituições e técnicas de governo do Estado moderno. Elas estariam na base das instituições de poder do Ocidente.

O autor também discute temas relacionados à memória e como as movimentações culturais podem ser tanto reféns de enrijecimentos históricos quanto protagonistas de novas realidades. Ele mostra que

Contraditoriamente ao que pode parecer à primeira vista, a ruptura da tradição não significa de fato e de modo algum a perda ou a desvalorização do passado: é antes, bem provável que apenas então o passado se revele enquanto tal como um peso e uma influência antes desconhecida. Perda da tradição significa, no entanto, que o passado perdeu a sua transmissibilidade e, até que não se tenha encontrado um novo modo de entrar em relação com ele, o passado pode, doravante, ser apenas objeto de acumulação. Nessa situação, o homem conserva integralmente a própria herança

cultural, e o valor desta, aliás, se multiplica vertiginosamente: ele perde, porém, a possibilidade de extrair dela o critério de sua ação e da sua salvação e, com isso, o único lugar concreto em que, se interrogando sobre as suas próprias origens e sobre o próprio destino, lhe é dado fundar o presente como relação entre passado e futuro. É, de fato, a sua transmissibilidade que, atribuindo à cultura um sentido e um valor imediatamente perceptíveis, permite ao homem se mover livremente para o futuro, sem ser tolhido pelo peso do próprio passado (AGAMBEN, 2012a, p. 174-175, grifo nosso).

Agamben chama a atenção para a noção de potência que não se extingue, não se esgota e nem se anula com o ato. A potência, ao se doar a si mesma, se salva e se fortalece no ato. O adulto é potencialmente criança quando livremente se nega como adulto e passa a olhar a vida como brinquedo e assim a transforma. O artista é potencialmente criador também quando se nega ou se priva à execução da arte em função de um silêncio ou de uma retirada consciente. Para o autor, a forma de vida que se estabeleceu, sobretudo na sociedade ocidental, tornou-a “nua”, em função do domínio da biopolítica com seus aspectos coercitivos e seus dispositivos de controle. No entanto, toda a vida é colocada em xeque na medida em que for pensada como potência

que incessantemente vai além de suas formas e de suas realizações.

Referente às relações entre filosofia e literatura, Agamben, em linhas gerais, realça o valor da poesia, do jogo e do lúdico como redimensionamento da linguagem. O autor questiona os processos reducionistas que esvaziam a *poiesis* em função da *práxis*. Ele opõe arte interessada e arte desinteressada, sendo esta de potencial criativo e autenticamente artístico. Tal oposição não ocorre de forma dualística, pois todo o empreendimento filosófico do autor é o de fugir das formulações binárias, mas de introduzir as visões sobre a arte em uma atmosfera de ambivalência e tensão criativa.

Entre a diversidade de aspectos que merecem a nossa atenção, destacaremos neste trabalho apenas dois: (i) que o Estado Moderno foi forjado na violência e por isso se constitui um estado de exceção permanente, e (ii) que diante das formas de ‘vida nua’ que se estabeleceram no contexto da sociedade moderna devido ao domínio da biopolítica a tarefa política e existencial que se coloca é a de profanar as estruturas políticas e jurídicas.

1. Para além das normatizações, padronizações e normalização de comportamentos

A noção do *Homo Sacer*, central em seu pensamento, confere a Agamben um protagonismo na ênfase crítica da sociedade ocidental. Para alguns, ele poderia até mesmo ser considerado pessimista, tamanha sua desconfiança sobre os processos políticos modernos que apenas supostamente geraram espaços democráticos e de conquistas no campo dos direitos humanos. O *Homo Sacer*, cuja expressão é antiga e tem sua base histórica no direito romano, revela o ser humano marcado, vulnerável à morte, mero vivente, semimorto sem direitos, intocável, descaracterizado da própria existência humana, relegado à condição de banido, proscrito.

A vida política do *Homo Sacer* não se constitui como tal, nem mesmo reflete a sua vida biológica, em uma profunda ruptura entre elas. Ele é reduzido ao mínimo denominador da vida, transformado em ser matável por ser desprovido de direitos. Sua morte não constitui nem sacrifício nem homicídio, pois está regida pela suspensão do direito, quer seja divino ou humano. Ele se torna desprotegido, invisibilizado e sujeito a viver a *vida nua*. Agamben parte do pressuposto que, na sociedade

ocidental contemporânea, a vida e a teoria precisam ser repensadas, em conjunto, em um novo plano de imanência e concretude, o da *vida nua*. O autor propôs esse conceito para pensar a paradoxal definição de povo. Isto porque essa categoria analítica tradicional possui especialmente hoje uma cisão biopolítica incontornável, uma vez que povo é tanto aquilo que não pode ser incluído no todo de que ele faz parte, quanto aquilo que não pode pertencer ao conjunto em que, mesmo assim, ele permanece, excluído e indesejado.

Ao contrário de defender a ideia otimista de que as sociedades contemporâneas forjadas no contexto ocidental desenvolveram processos de democracia e de garantia de direitos a partir de revoluções liberais, declarações e convenções internacionais pelo Estado de Direito, Agamben mostra outra faceta dessa realidade. Para ele, o Estado Moderno, forjado não em livre consentimento dos povos, mas em violência, e por identificar a política com os processos de “metabolismo vital da sociedade”, marcados pela troca da ética pela tecnificação desumanizante e pela troca da liberdade pela sobrevivência imposta pelas engrenagens econômicas, tornou-se um “estado de exceção permanente”. O *Homo Sacer* revela

que o Estado de exceção não é falha do Estado. Ele próprio é uma exceção.

Nesse sentido, Agamben se distancia das concepções kantianas de um “progresso moral da humanidade”, da crença no “estado democrático de direito” e das visões otimistas de filósofos do direito como Norberto Bobbio, para quem as expressões modernas dos direitos do ser humano estabeleceram um novo curso histórico para a humanidade no tocante às relações políticas. Para Agamben, ao contrário, o direito moderno, longe de ser um canal de regulação da vida social que garanta paz, justiça e direitos plenos, se constitui como um violento instrumento de dominação dos poderes soberanos. O direito, nessa perspectiva, resultaria da usurpação do poder soberano, que pode até mesmo existir – e de fato existe e possui avanços – mas acontece em plano meramente formal e visto como concessão. Embora haja funções emancipatórias nos acordos e declarações de direitos fundamentais, é crucial perceber que tais processos também “integram o dispositivo de captura da vida do cidadão pela violência dos mecanismos de poder” (GIA-COIA JUNIOR, 2013, p. 27).

Em *Homo Sacer II, 2 – O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia do governo* (2011),

Agamben discorre acerca da relação entre o poder e a glória, a partir da concepção de *oikonomia*. Ele mostra que, nos primeiros séculos da história da Igreja, a doutrina da Trindade é introduzida sob a forma de uma ‘economia’ da vida divina, como um problema de gestão e de governo da ‘casa’ celeste e do mundo. Tal concepção, de forma inesperada e contraditória, está presente, na origem de categorias fundamentais da política moderna, desde a teoria da divisão dos poderes até a doutrina estratégica dos ‘efeitos colaterais’, como a ‘mão invisível’ do mercado dentro da visão liberal de Adam Smith, até as ideias de ordem e segurança. As investigações do autor remetem a uma arqueologia da política e da liturgia, fundamentadas nas pesquisas iniciadas por Michel Foucault sobre a genealogia da governabilidade, e utiliza-se da doutrina trinitária para configurar o funcionamento e a articulação da máquina governamental.

A cisão entre teologia e *oikonomia* estabelecida por Agamben demonstra que a ação política está fundamentada no agir e não no ser, e nos leva a compreender a lógica administrativa coercitiva que perpassa a política moderna.

No tocante à política, o autor traça o caminho da negatividade, do “não fazer”, da inoperosidade criativa,

de se pensar o fazer político fora da esfera do Estado e do poder soberano que nele está amalgamado. As reflexões sobre a inoperosidade, aspecto caro a Agamben em sua obra, continua presente com a obra *Nudez* (2014). A potência, na inoperosidade dos atos, não está desativada. Ao contrário, ela coincide com o “fazer a festa”, o tempo festivo, a festividade e, com isso, se dá a libertação dos corpos de seus movimentos utilitários e repressivos.

As estruturas da modernidade romperam a lógica da soberania divina que controlava os corpos, mas o Estado assumiu as normativas em torno da decisão sobre a vida dos indivíduos. Nesse sentido, o Estado moderno se estrutura a partir de conceitos teológicos secularizados. A soberania, por ser a prerrogativa de se decidir sobre a suspensão do ordenamento jurídico, passa a ser incorporada no Estado. Este, por sua vez, embora identificado como de direito, constitui-se como de exceção. Ele reforça os segredos ou os princípios do poder, mantendo as antigas formas de exceção soberana.

Colocando a vida biológica no centro de seus cálculos, o Estado moderno não faz mais, portanto, do que reconduzir à luz o vínculo secreto que une o poder e a vida nua, reatando assim (segundo uma tenaz correspondência entre moderno e arcaico que nos é dado

verificar nos âmbitos mais diversos) com o mais imemorial dos *arcana imperii* (AGAMBEN, 2010, p. 14).

Para o autor, o político está ocultado pelas formas de poder soberano, assim como o pensamento não se efetua devido a tais amarras. Para ele,

Somente uma reflexão que, acolhendo a sugestão de Foucault e Benjamin, interroga tematicamente a relação entre vida nua e política que governa secretamente as ideologias da modernidade aparentemente mais distantes entre si, poderá fazer sair o político de sua ocultação e, ao mesmo tempo, restituir o pensamento à sua vocação prática (AGAMBEN, 2010, p. 12).

Podemos identificar o pensamento crítico do autor na constatação extraída da visão dele de que

[...] nos séculos XX e XXI o Ocidente vive sob um *estado de exceção permanente*, o qual se ergue violentamente sobre a inclusão/exclusão de seres humanos, separando-os em três categorias – a dos “cidadãos”, dotados de direitos e deveres junto ao Estado; a dos “homens naturais”; e a dos “*homo sacer*”, não “cidadãos”, não “homens naturais”, viventes, outrora homens, agora radicalmente vulneráveis à morte (BAR-SALINI, 2013, p. 237).

Entre variados exemplos, Agamben recorre à figura do refugiado. Ele tem sido considerado por aquilo que

é, ou seja, nada menos que um conceito limite que põe em crise as categorias fundamentais do Estado-Nação. Observar o refugiado neste contexto de crise permite desobstruir o campo de análise para uma renovação categorial em vista de uma política em que a vida nua não seja mais separada no ordenamento estatal. A crítica precisa ter uma radicalidade que tal segregação não aconteça nem mesmo pela figura moderna dos direitos humanos.

O filósofo afirma também que

Decisivo é, sobretudo, o fato de que, lado a lado com o processo pelo qual a exceção se torna em todos os lugares a regra, o espaço da vida nua, situado originalmente à margem do ordenamento, vem progressivamente a coincidir com o espaço político, e exclusão e inclusão, externo e interno, *bíos* e *zoé*, direito e fato entram em uma zona de irreduzível indistinção (AGAMBEN, 2010, p. 16).

Para o autor, “o desenvolvimento e o triunfo do capitalismo não teria sido possível, nesta perspectiva, sem o controle disciplinar efetuado pelo novo biopoder, que criou para si, por assim dizer, através de uma série de tecnologias apropriadas, os corpos ‘dóceis’ de que necessitava” (AGAMBEN, 2010, p. 11). Assim, a política

se tornou biopolítica. O sistema de governo nas democracias modernas, como canalização do poder soberano, articula as estruturas públicas e privadas a fim de regular e governar a vida sob a égide de interesses meramente técnicos e econômicos. A biopolítica moderna, decorrente de um paradigma teológico em que a soberania substitui a gestão coletiva, não conseguiu articular *zoé* e *bíos*, nem integrar voz e linguagem, mantendo as fraturas que reforçam a dominação. Os dispositivos de poder controlam os corpos e a vida. A biopolítica se desenvolve a partir de dispositivos coercitivos que desembocaram na atual hegemonia da economia e do governo sobre todos os aspectos da vida social. Quais seriam eles? Como se articulam na sociedade? Para o autor

A biopolítica do totalitarismo moderno de um lado, a sociedade de consumo e do hedonismo de massa de outro, constituem, certamente, cada uma a seu modo, uma resposta a estas perguntas. Até que, todavia, uma política integralmente nova – ou seja, não mais fundada sobre a *exceptio* da vida nua – não se apresente, toda teoria e toda praxe permanecerão aprisionadas em um beco sem saídas, e o “belo dia” da vida só obterá cidadania política através do sangue e da morte ou na perfeita insensatez a que a condena a sociedade do espetáculo (AGAMBEN, 2010, p. 18).

Como vimos, para Agamben, a economia se tornou o governo da vida. Isto ocorreu na medida em que a economia política moderna se apropriou da noção tradicional de providência divina e a transformou em técnicas coercitivas de governo a fim de harmonizar desejos humanos com as políticas voltadas ao controle de condutas. Nesse contexto, estão as formas utilitárias e artificiais de produção de desejos, com as correspondentes normatizações, padronizações e normalização de comportamentos.

2. São viáveis os comportamentos profanatórios?

Diante das formas de ‘vida nua’ que se estabeleceram no contexto da sociedade moderna devido ao domínio da biopolítica que, com seus aspectos coercitivos e seus dispositivos de controle, retiraram do uso comum todas as dimensões da vida e da liberdade humana, a tarefa política e existencial que se coloca é a de profanar as estruturas políticas e jurídicas. Na obra *Profanações* (2007), Agamben reúne temas de estética, literatura, política e filosofia, como: desejo, magia, pornografia, paródia, fotografia, consumismo, entre outros.

Com a evocação de imagens religiosas, o filósofo italiano discute o tempo presente. No livro, o autor articula temas encontrados em outras obras dele e continua suas reflexões sobre assuntos como o capitalismo, a modernidade, as revoluções tecnológicas, as inseguranças jurídicas e o sagrado nas sociedades contemporâneas, já presentes em *Homo Sacer*.

Essa obra, bastante difundida na atualidade, trabalha a simbologia das tradições e mitologias clássicas gregas e romanas, com ensaios que partem da natureza do indivíduo e das suas relações com a religião, com as imagens, com a capacidade criativa e com o poder para propor a tarefa política da geração futura: a profanação do improfanável, que é, no entender do autor, a sociedade capitalista moderna. Para usar a palavra profanar, o autor explica que sagradas ou religiosas eram coisas que de algum modo pertenciam aos deuses. Isto gerou uma noção excludente do que seja puro e intocável. No entanto, para o autor, algo puro é, ao contrário, o profano, que livre dos nomes sagrados é restituído ao uso comum das pessoas. Profanar, na origem do termo romano, é retirar algo da esfera do sagrado e devolvê-lo ao uso e à propriedade de todas as pessoas. É tirar do templo (*fanum*). É devolver à esfera humana o que tinha

sido sacralizado, o que fora separado dos seres humanos. Profanar é, pois, restituir tais coisas ao uso humano. A tarefa da profanação é trazer ao uso comum o que estava segregado, neutralizando os dispositivos de poder que geram tal situação. É repor o sacro à ordem da realização democrática. É o contrário de consagrar.

Selvino Assmann, ao introduzir a obra na versão brasileira, realça que “é com a profanação que se pode resistir a tudo isso, e que se pode tentar uma nova política, um novo ser humano, uma nova comunidade, pensando e promovendo o avesso da vida nua, a potência da vida, e a vida humana como potência de ser e de não ser” (ASSMANN, 2007, p. 8-9).

Agamben chama atenção para o fato de que, da mesma forma como a religião separa do uso comum e cotidiano aquilo que não pode pertencer às pessoas comuns, mas tão somente aos deuses, a política moderna também separa do uso comum todo o restante do conjunto da vida, capitalizando as principais conquistas e bens da humanidade, não permitindo às pessoas o acesso pleno a elas. Assim como as formas críticas de pensar precisaram profanar os símbolos religiosos para permanecer pensando, as tarefas políticas que as novas gerações têm diante delas passam a ser, então, as de tra-

zer ao uso comum o que foi política e economicamente segregado. Neste sentido, profanar é o caminho para dar uma autêntica sacralidade ao cotidiano, no sentido de torná-lo admirável e espantoso.

Para isso, Agamben ressalta que arte e política devem se misturar, porque somente por meio dessa aliança elas podem garantir posturas não dogmáticas diante da organização da vida, em que nada se torne fixo ou obsoleto. E mais do que isso! Para o autor é a profanação da linguagem que cria a literatura, a profanação da forma que cria a arte, a profanação da moral que cria a ética, a profanação dos conceitos que cria a filosofia, a profanação da política que cria a democracia. Os processos de profanação levam a filosofia a olhar o uso das coisas como brinquedo, como potencialidade, como desestabilização necessária do poder do pensamento e da ação que ao se sacralizar impede o livre pensar com a proibição dos novos modos de se refletir e de agir.

No primeiro ensaio do livro *Genius*, o autor mostra que para compreender a concepção do ser humano é preciso concebê-lo não apenas como “eu”. Trata-se de romper com a pretensão do “eu” de bastar-se a si mesmo. Este ensaio trata do deus latino ao

qual todo ser humano é confiado quando gerado. *Genius* é tanto o deus da intimidade e do que em nós é pessoal, assim como também o da impessoalidade ou da pré-individualidade, do que em nós nos ultrapassa, da potência que nos faz sermos íntimos da própria estranheza, ou seja, de nossa vida enquanto realidade que não nos pertence. É ele que, pela incompletude que possui, torna a vida poética, seja ela feliz ou terrível. Do nascimento à morte convivemos com um elemento impessoal, e é precisamente esse elemento impessoal que se pode dizer genial.

Todo o impessoal em nós é genial; genial é, sobretudo, a força que move o sangue em nossas veias ou nos faz cair em sono profundo, a desconhecida potência que, em nosso corpo, regula e distribui tão suavemente a tibieza e dissolve ou contrai as fibras dos nossos músculos. É *Genius* que, obscuramente, apresentamos na intimidade de nossa vida fisiológica, lá onde o mais próprio é o mais estranho e impessoal, o mais próximo é o mais remoto e indomável. Se não nos abandonássemos a *Genius*, se fôssemos apenas *Eu* e consciência, nunca poderíamos nem sequer urinar. Viver com *Genius* significa, nessa perspectiva, viver na intimidade de um ser estranho, manter-se constantemente vinculado a uma zona de não-conhecimento (AGAMBEN, 2007b, p. 17).

No texto *Magia e felicidade*, Agamben retorna a Benjamin, ao afirmar que a primeira experiência que a criança tem do mundo não é a de que os adultos sejam mais fortes, mas sim a incapacidade deles de magia. O autor havia evocado a percepção das crianças, que convivem, magicamente, com a dimensão do mistério. Para ele, é preciso reaprender com as crianças que sentem um prazer especial e irrenunciável em se esconder. Isto gera uma alegria, uma palpitação. A criança “usa” (e não “consome”, como veremos adiante) palavras e coisas quando as transforma em brinquedos, realizando o sentido da profanação. Assim como a criança, o poeta celebra seu trunfo no não reconhecimento de sua obra e de seus valores. Diante dos limites da metafísica, o ponto de vista da infância se torna convincente: a felicidade não é a justa recompensa alcançada de acordo com o trabalho bem feito ou o prêmio concedido aos injustiçados. Ela é encontrada no vínculo com a magia. O ideal da verdadeira felicidade depende da magia.

O principal ensaio do volume é o que dá o título ao livro: “O elogio da profanação”. Nele, Agamben recupera a tese de Walter Benjamin que via no capitalismo uma religião. Na modernidade, o capital progressivamente adquire o caráter de “sagrado”, no sentido

de se tornar a religião, algo intocável e mobilizador da existência. Por estar nesta condição de sagrado, passa a possuir uma inacessibilidade e uma característica absolutizante. Daí a necessidade de profaná-lo, de restituí-lo ao uso comum de todas as pessoas. O convite às dinâmicas de profanações tem como alvo a cultura capitalista, com base no mercado excludente que chega a ponto de transformar sentimentos em mercadoria. Nas palavras do autor:

Capitalismo como religião é o título de um dos mais profundos fragmentos póstumos de Benjamin. Segundo Benjamin, o capitalismo não representa apenas, como em Weber, uma secularização da fé protestante, mas ele próprio é, essencialmente, um fenômeno religioso, que se desenvolve de modo parasitário a partir do Cristianismo. Como tal, como religião da modernidade, ele é definido por três características: 1. É uma religião cultual, talvez a mais extrema e absoluta que jamais tenha existido. Tudo nela tem significado unicamente com referência ao cumprimento de um culto, e não com respeito a um dogma ou a uma ideia. 2. Esse culto é permanente; é a “celebração de um culto *sans trêve et sans merci*”. Nesse caso, não é possível distinguir entre dias de festa e dias de trabalho, mas há um único e ininterrupto dia de festa, em que o trabalho coincide com a celebração do culto. 3. O culto capita-

lista não está voltado para a redenção ou para a expiação da culpa, mas para a própria culpa (AGAMBEN, 2007b, p. 70).

Agamben considera que os bens não usados acabam entregues ao consumo ou à exibição espetacular. O consumo é, para o autor, a destruição da coisa e, por consequência, o impedimento de seu uso. O uso, diferente do consumo, é o das coisas que não podem ser objetos de posse. Para Agamben, a natureza da propriedade surge como dispositivo de deslocamento do livre uso das pessoas para uma esfera separada e excludente que constitui o direito de possuir. É nesse ponto que o consumo como direito de posse tem relação com o sagrado como esfera das coisas que foram separadas do uso humano. A infelicidade dos consumidores do capitalismo, diz Agamben, advém da “não-usabilidade” das coisas e da crença de que exercem seu direito de propriedade sobre as mesmas. Na sociedade de massas, os consumidores se tornaram incapazes de profanar os bens. Aquela pessoa que compra e consome, não usa. A sociedade moderna perdeu de vista o sentido de “usar”, concentrando-se na lógica da posse para consumir.

Assim, as lógicas de consumo pelo consumo e as formas ideológicas da sociedade do espetáculo con-

firmam, em certo sentido, que há uma separação, uma segregação. A exibição espetacular pode ser comparada aos desfiles de alta costura, ou a objetos de consumo que não são, como tais, alcançados pelas pessoas comuns. O mesmo acontece com a indústria do turismo, uma das maiores do mundo e que atinge milhões de pessoas e as reduz a uma condição de absoluta impossibilidade de profanar, porque as leva, em massa, à experiência de não reconhecer a força da ação criadora realizada por outros seres humanos e lhes tira a capacidade de profanar o que estão visitando. São espectadores, mas não criadores. O capitalismo, ao se transformar em religião, na qual nada se pode profanar porque tudo está inacessível no museu, no shopping ou nas mídias, gera a visão da imagem. Tudo se torna catalogado e exibido no espetáculo que, de fato, impede o próprio espetáculo, uma vez que anestesia toda surpresa e toda a admiração.

É neste nesse campo que está localizado o improfanável. “Se profanar significa restituir ao uso comum o que havia sido separado da esfera do sagrado, a religião capitalista, na sua fase extrema, está voltada para a criação de algo absolutamente Improfanável” (AGAMBEN, 2007b, p. 71). A religião capitalista realiza a pura forma de separação, ou uma dimensão na qual nada há mais

para se separar, sendo considerada algo que poderia ser entendido como uma profanação absoluta ou um vazio. Ao explicar a passagem da mentalidade medieval para a moderna, Agamben afirma que “onde o sacrifício marcava a passagem do profano ao sagrado e do sagrado ao profano, está agora um único, multiforme e incessante processo de separação, que investe toda coisa, todo lugar, toda atividade humana para dividi-la por si mesma e é totalmente indiferente à cisão sagrado/profano, divino/humano” (AGAMBEN, 2007b, p. 71).

Ao apresentar o pensamento de Agamben, Selvino Assmann sintetiza que

Profanar é assumir a vida como jogo, jogo que nos tira da esfera do sagrado, sendo uma espécie de inversão do mesmo. Convidando-nos a profanar, Agamben alerta para o fato de termos perdido a arte de viver, que é a da infância, lugar primeiro da mais séria profanação da vida, como já fora anunciado pelo Zaratustra de Nietzsche, e retomado por Benjamin, de quem Agamben não é só estudioso, mas se sente inspirado em seu “messianismo iminente”: as crianças sabem jogar e brincar, enquanto os adultos, sérios, perderam a capacidade de ser (sic) mágicos e de fazerem milagres (ASSMANN, 2007b, p. 13).

As esferas do consumo e do espetáculo constituem duas faces de uma mesma moeda, dada a impossibilidade de uso para todas as pessoas. Nem sempre é possível combater o improfanável, mas ainda assim podem surgir ocasiões em que comportamentos profanatórios são viáveis. No entanto, como profanar algo que, na visão do próprio autor, é considerado improfanável? É possível realizar tal tarefa diante da força, da normalidade e da naturalização da exceção e do arbítrio que marcam a vida nua na qual as pessoas estão submetidas? Estas e outras questões têm pautado o debate sociopolítico, e a contribuição de Agamben tem sido valiosa.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

_____. *Homo Sacer II, 2 – O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia do governo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. *O homem sem conteúdo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012a.

_____. *Nudez*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

ASSMANN, Selvino. “Apresentação”. In: AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

BARSALINI, Glauco. *Direito e Política na obra de Giorgio Agamben: soberania e estado de exceção permanente*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2013.

BARSALINI, Glauco. Vida nua, profanação e o fim do sacrifício dos homens. *Revista Filosofia Aurora*, Curitiba, v. 24, n. 35, p. 583-589, 2012.

GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. “Prefácio”. In: BARSALINI, Glauco. *Direito e Política na obra de Giorgio Agamben: soberania e estado de exceção permanente*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2013.

KONDER, Leandro. “Magia e felicidade: as profanações de Agamben”. *Jornal do Brasil*, 22/9/2007. Disponível em: <<https://goo.gl/QGX65t>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

Cadernos Teologia Pública

- N. 1 *Hermenêutica da tradição cristã no limiar do século XXI* – Johan Koenigs, SJ
- N. 2 *Teologia e Espiritualidade. Uma leitura Teológico-Espiritual a partir da Realidade do Movimento Ecológico e Feminista* – Maria Clara Bingemer
- N. 3 *A Teologia e a Origem da Universidade* – Martin N. Dreher
- N. 4 *No Quarentenário da Lumen Gentium* – Frei Boaventura Kloppenburg, OFM
- N. 5 *Conceito e Missão da Teologia em Karl Rahner* – Érico João Hammes
- N. 6 *Teologia e Diálogo Inter-Religioso* – Cleusa Maria Andreatta
- N. 7 *Transformações recentes e perspectivas de futuro para a ética teológica* – José Roque Junges, SJ
- N. 8 *Teologia e literatura: profetismo secular em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos* – Carlos Ribeiro Caldas Filho
- N. 9 *Diálogo inter-religioso: Dos “cristãos anônimos” às teologias das religiões* – Rudolf Eduard von Sinner
- N. 10 *O Deus de todos os nomes e o diálogo inter-religioso* – Michael Amaladoss, SJ
- N. 11 *A teologia em situação de pós-modernidade* – Geraldo Luiz De Mori, SJ
- N. 12 *Teologia e Comunicação: reflexões sobre o tema* – Pedro Gilberto Gomes, SJ
- N. 13 *Teologia e Ciências Sociais* – Orivaldo Pimentel Lopes Júnior
- N. 14 *Teologia e Bioética* – Santiago Roldán García
- N. 15 *Fundamentação Teológica dos Direitos Humanos* – David Eduardo Lara Corredor
- N. 16 *Contextualização do Concílio Vaticano II e seu desenvolvimento* – João Batista Libânio, SJ
- N. 17 *Por uma Nova Razão Teológica. A Teologia na Pós-Modernidade* – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves
- N. 18 *Do ter missões ao ser missionário – Contexto e texto do Decreto Ad Gentes revisitado 40 anos depois do Vaticano II* – Paulo Suess
- N. 19 *A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg* – 1ª parte – Manfred Zeuch
- N. 20 *A teologia na universidade do século XXI segundo Wolfhart Pannenberg* – 2ª parte – Manfred Zeuch
- N. 21 *Bento XVI e Hans Küng. Contexto e perspectivas do encontro em Castel Gandolfo* – Karl-Josef Kuschel
- N. 22 *Terra habitável: um desafio para a teologia e a espiritualidade cristãs* – Jacques Arnould
- N. 23 *Da possibilidade de morte da Terra à afirmação da vida. A teologia ecológica de Jürgen Moltmann* – Paulo Sérgio Lopes Gonçalves
- N. 24 *O estudo teológico da religião: Uma aproximação hermenêutica* – Walter Ferreira Salles
- N. 25 *A historicidade da revelação e a sacramentalidade do mundo – o legado do Vaticano II* – Frei Sinivaldo S. Tavares, OFM
- N. 26 *Um olhar Teopoético: Teologia e cinema em O Sacrifício, de Andrei Tarkovski* – Joe Marçal Gonçalves dos Santos
- N. 27 *Música e Teologia em Johann Sebastian Bach* – Christoph Theobald
- N. 28 *Fundamentação atual dos direitos humanos entre judeus, cristãos e muçulmanos: análises comparativas entre as religiões e problemas* – Karl-Josef Kuschel
- N. 29 *Na fragilidade de Deus a esperança das vítimas. Um estudo da cristologia de Jon Sobrino* – Ana María Formoso
- N. 30 *Espiritualidade e respeito à diversidade* – Juan José Tamayo-Acosta
- N. 31 *A moral após o individualismo: a anarquia dos valores* – Paul Valadier

- N. 32 *Ética, alteridade e transcendência* – Nilo Ribeiro Junior
- N. 33 *Religiões mundiais e Ethos Mundial* – Hans Küng
- N. 34 *O Deus vivo nas vozes das mulheres* – Elisabeth A. Johnson
- N. 35 *Posição pós-metafísica & inteligência da fé: apontamentos para uma outra estética teológica* – Vitor Hugo Mendes
- N. 36 *Conferência Episcopal de Medellín: 40 anos depois* – Joseph Comblin
- N. 37 *Nas pegadas de Medellín: as opções de Puebla* – João Batista Libânio
- N. 38 *O cristianismo mundial e a missão cristã são compatíveis?: insights ou percepções das Igrejas asiáticas* – Peter C. Phan
- N. 39 *Caminhar descalço sobre pedras: uma releitura da Conferência de Santo Domingo* – Paulo Suess
- N. 40 *Conferência de Aparecida: caminhos e perspectivas da Igreja Latino-Americana e Caribenha* – Benedito Ferraro
- N. 41 *Espiritualidade cristã na pós-modernidade* – Ildo Perondi
- N. 42 *Contribuições da Espiritualidade Franciscana no cuidado com a vida humana e o planeta* – Ildo Perondi
- N. 43 *A Cristologia das Conferências do Celam* – Vanildo Luiz Zugno
- N. 44 *A origem da vida* – Hans Küng
- N. 45 *Narrar a Ressurreição na pós-modernidade. Um estudo do pensamento de Andrés Torres Queiruga* – Maria Cristina Giani
- N. 46 *Ciência e Espiritualidade* – Jean-Michel Maldamé
- N. 47 *Marcos e perspectivas de uma Catequese Latino-americana* – Antônio Cechin
- N. 48 *Ética global para o século XXI: o olhar de Hans Küng e Leonardo Boff* – Águeda Bichels
- N. 49 *Os relatos do Natal no Alcorão (Sura 19,1-38; 3,35-49): Possibilidades e limites de um diálogo entre cristãos e muçulmanos* – Karl-Josef Kuschel
- N. 50 *"Ite, missa est!": A Eucaristia como compromisso para a missão* – Cesare Giraud, SJ
- N. 51 *O Deus vivo em perspectiva cósmica* – Elisabeth A. Johnson
- N. 52 *Eucaristia e Ecologia* – Denis Edwards
- N. 53 *Escatologia, militância e universalidade: Leituras políticas de São Paulo hoje* – José A. Zamora
- N. 54 *Mater et Magistra – 50 Anos* – Entrevista com o Prof. Dr. José Oscar Beozzo
- N. 55 *São Paulo contra as mulheres? Afirmação e declínio da mulher cristã no século I* – Daniel Marguerat
- N. 56 *Igreja Introvertida: Dossiê sobre o Motu Proprio "Summorum Pontificum"* – Andrea Grillo
- N. 57 *Perdendo e encontrando a Criação na tradição cristã* – Elisabeth A. Johnson
- N. 58 *As narrativas de Deus numa sociedade pós-metafísica: O cristianismo como estilo* – Christoph Theobald
- N. 59 *Deus e a criação em uma era científica* – William R. Stoeger
- N. 60 *Razão e fé em tempos de pós-modernidade* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 61 *Narrar Deus: Meu caminho como teólogo com a literatura* – Karl-Josef Kuschel
- N. 62 *Wittgenstein e a religião: A crença religiosa e o milagre entre fé e superstição* – Luigi Perissinotto
- N. 63 *A crise na narração cristã de Deus e o encontro de religiões em um mundo pós-metafísico* – Felix Wilfred
- N. 64 *Narrar Deus a partir da cosmologia contemporânea* – François Euvé
- N. 65 *O Livro de Deus na obra de Dante: Uma releitura na Baixa Modernidade* – Marco Lucchesi
- N. 66 *Discurso feminista sobre o divino em um mundo pós-moderno* – Mary E. Hunt
- N. 67 *Silêncio do deserto, silêncio de Deus* – Alexander Nava
- N. 68 *Narrar Deus nos dias de hoje: possibilidades e limites* – Jean-Louis Schlegel
- N. 69 *(Im)possibilidades de narrar Deus hoje: uma reflexão a partir da teologia atual* – Degislano Nóbrega de Lima
- N. 70 *Deus digital, religiosidade online, fiel conectado: Estudos sobre religião e internet* – Moisés Sbardelotto
- N. 71 *Rumo a uma nova configuração eclesial* – Mario de França Miranda
- N. 72 *Crise da racionalidade, crise da religião* – Paul Valadier
- N. 73 *O Mistério da Igreja na era das mídias digitais* – Antonio Spadaro
- N. 74 *O seguimento de Cristo numa era científica* – Roger Haight

- N. 75 *O pluralismo religioso e a igreja como mistério: A eclesiologia na perspectiva inter-religiosa* – Peter C. Phan
- N. 76 *50 anos depois do Concílio Vaticano II: indicações para a semântica religiosa do futuro* – José Maria Vigil
- N. 77 *As grandes intuições de futuro do Concílio Vaticano II: a favor de uma “gramática gerativa” das relações entre Evangelho, sociedade e Igreja* – Christoph Theobald
- N. 78 *As implicações da evolução científica para a semântica da fé cristã* – George V. Coyne
- N. 79 *Papa Francisco no Brasil – alguns olhares*
- N. 80 *A fraternidade nas narrativas do Gênesis: Dificuldades e possibilidades* – André Wénin
- N. 81 *Há 50 anos houve um concílio...: significado do Vaticano II* – Victor Codina
- N. 82 *O lugar da mulher nos escritos de Paulo* – Eduardo de la Serna
- N. 83 *A Providência dos Profetas: uma Leitura da Doutrina da Ação Divina na Bíblia Hebraica a partir de Abraham Joshua Heschel* – Élcio Verçosa Filho
- N. 84 *O desencantamento da experiência religiosa contemporânea em House: “creia no que quiser, mas não seja idiota”* – Renato Ferreira Machado
- N. 85 *Interpretações polissêmicas: um balanço sobre a Teologia da Libertação na produção acadêmica* – Alexandra Lima da Silva & Rhaissa Marques Botelho Lobo
- N. 86 *Diálogo inter-religioso: 50 anos após o Vaticano II* – Peter C. Phan
- N. 87 *O feminino no Gênesis: A partir de Gn 2,18-25* – André Wénin
- N. 88 *Política e perversão: Paulo segundo Žižek* – Adam Kotsko
- N. 89 *O grito de Jesus na cruz e o silêncio de Deus. Reflexões teológicas a partir de Marcos 15,33-39* – Francine Bigaouette, Alexander Nava e Carlos Arthur Dreher
- N. 90 *A espiritualidade humanística do Vaticano II: Uma redefinição do que um concílio deveria fazer* – John W. O’Malley
- N. 91 *Religiões brasileiras no exterior e missão reversa* – Vol. 1 – Alberto Groisman, Alejandro Frigerio, Brenda Carranza, Carmen Sílvia Rial, Cristina Rocha, Manuel A. Vásquez e Ushi Arakaki
- N. 92 *A revelação da “morte de Deus” e a teologia materialista de Slavoj Žižek* – Adam Kotsko
- N. 93 *O êxito das teologias da libertação e as teologias americanas contemporâneas* – José Oscar Beozzo
- N. 94 *Vaticano II: a crise, a resolução, o fator Francisco* – John O’Malley
- N. 95 *“Gaudium et Spes” 50 anos depois: seu sentido para uma Igreja aprendente* – Massimo Faggioli
- N. 96 *As potencialidades de futuro da Constituição Pastoral Gaudium et spes: por uma fé que sabe interpretar o que advém* – Aspectos epistemológicos e constelações atuais – Christoph Theobald
- N. 97 *500 Anos da Reforma: Luteranismo e Cultura nas Américas* – Vitor Westhelle
- N. 98 *O Concílio Vaticano II e o aggiornamento da Igreja – No centro da experiência: a liturgia, uma leitura contextual da Escritura e o diálogo* – Gilles Routhier
- N. 99 *Pensar o humano em diálogo crítico com a Constituição Gaudium et Spes* – Geraldo Luiz De Mori
- N. 100 *O Vaticano II e a Escatologia Cristã: Ensaio a partir de leitura teológico-pastoral da Gaudium et Spes* – Afonso Murad
- N. 101 *Concílio Vaticano II: o diálogo na Igreja e a Igreja do Diálogo* – Elias Wolff
- N. 102 *A Constituição Dogmática Dei Verbum e o Concílio Vaticano II* – Flávio Martinez de Oliveira
- N. 103 *O pacto das catacumbas e a Igreja dos pobres hoje!* – Emerson Sbardelotti Tavares
- N. 104 *A exortação apostólica Evangelii Gaudium: Esboço de uma interpretação original do Concílio Vaticano II* – Christoph Theobald
- N. 105 *Misericórdia, Amor, Bondade: A Misericórdia que Deus quer* – Ney Brasil Pereira
- N. 106 *Eclesialidade, Novas Comunidades e Concílio Vaticano II: As Novas Comunidades como uma forma de autorrealização da Igreja* – Rejane Maria Dias de Castro Bins

- N. 107 *O Vaticano II e a inserção de categorias históricas na teologia* – Antonio Manzatto
- N. 108 *Morte como descanso eterno* – Luís Inacio João Stadelmann
- N. 109 *Cuidado da Criação e Justiça Ecológica-Climática. Uma perspectiva teológica e ecumênica* – Guillermo Kerber
- N. 110 *A Encíclica Laudato Si' e os animais* - Gilmar Zampieri
- N. 111 *O vínculo conjugal na sociedade aberta. Repensamentos à luz de Dignitatis Humanae e Amoris Laetitia* – Andrea Grillo
- N. 112 *O ensino social da Igreja segundo o Papa Francisco* – Christoph Theobald
- N. 113 *Lutero, Justiça Social e Poder Político: Aproximações teológicas a partir de alguns de seus escritos* – Roberto E. Zwetsch
- N. 114 *Laudato Si', o pensamento de Morin e a complexidade da realidade* – Giuseppe Fumarco
- N. 115 *A condição paradoxal do perdão e da misericórdia. Desdobramentos éticos e implicações políticas* – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 116 *A Igreja em um contexto de "Reforma digital": rumo a um sensus fidelium digitalis?* Moisés Sbardelotto
- N. 117 *Laudato Si' e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma convergência?* – Gaël Giraud e Philippe Orliange
- N. 118 *Misericórdia, Compaixão e Amor: O rosto de Deus no Evangelho de Lucas* – Ildo Perondi e Fabrizio Zandonadi Catenassi
- N. 119 *A constituição da Dignidade Humana: aportes para uma discussão pós-metafísica* – Thyeles Moratti Precilio Borcarte Strelhow
- N. 120 *Renovação do espaço público: pentecostalismo e missão em perspectiva política* – Amos Yong
- N. 121 *Viver as Bem-aventuranças numa Igreja em saída* – Tea Frigerio
- N. 122 *Ser e Agir, o Reino e a Glória: a Oikonomia Trinitária e a bipolaridade da máquina governamental* – Colby Dickinson
- N. 123 *A sensibilidade religiosa de Thoreau* – Edward F. Mooney
- N. 124 *Diáconas na Igreja Maronita* – Phyllis Zagano



Claudio de Oliveira Ribeiro é doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com estágio de pesquisa de pós-doutorado na Southern Methodist University, de Dallas-EUA, com o tema “Pluralismo religioso, democracia e direitos humanos”. É professor titular do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, da Universidade Metodista de São Paulo. Atualmente, ocupa a vice-presidência do conselho diretor da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Teologia e Ciências da Religião (ANPTECRE).

Algumas publicações do autor

RIBEIRO, Claudio de Oliveira. *Espiritualidades plurais da Reforma*. São Paulo: Reflexão, 2017.

_____. *Giorgio Agamben em Foco*. Curitiba: Prismas, 2017.

_____. *Religião, Democracia e Direitos Humanos: presença pública inter-religiosa no fortalecimento da democracia e na defesa dos direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Reflexão, 2016.

_____. *Espiritualidades contemporâneas, pluralidade religiosa e diálogo*. São Paulo: Fonte Editorial, 2016.

_____. *Pluralismo e Libertação*. São Paulo: Paulinas, 2014.

_____. *Libertação e Gratuidade: reflexões teológicas sobre a espiritualidade*. São Paulo: Paulinas, 2013.

_____. *Teologia em Curso: temas da fé cristã em foco*. São Paulo: Paulinas, 2010.

_____. *Pode a Fé Torna-se Idolatria? A atualidade para a América Latina da relação entre Reino de Deus e História em Paul Tillich*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

